



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 91, DE 2022 – PLEN/SF

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 1.360, de 2021, da Deputada Alê Silva.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 1.360, de 2021, da Deputada Alê Silva, que *cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências*, consolidando a complementação de voto da Relatora, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 22 de março de 2022.

WEVERTON, PRESIDENTE

ELIZIANE GAMA, RELATORA

ELMANO FÉRRER

LUIZ DO CARMO

ANEXO DO PARECER Nº 91, DE 2022 – PLEN/SF

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 1.360, de 2021, da Deputada Alê Silva.

Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 11, da Relatora)

Dê-se ao *caput* do art. 2º do Projeto a seguinte redação, e inclua-se o seguinte parágrafo único:

“Art. 2º Configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial:

.....

Parágrafo único. Para a caracterização da violência prevista no *caput*, deverão ser observadas as definições estabelecidas pela Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.”

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 12, da Relatora)

Dê-se ao art. 9º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 9º Os Estados e o Distrito Federal, na formulação de suas políticas e planos de atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar, darão prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente.”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 13, da Relatora)

Dê-se ao art. 11 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 11. Na hipótese de ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, a autoridade policial que primeiro tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

.....”

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 9 – Plen)

Dê-se ao art. 13 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 13.

.....

II – encaminhar a vítima, os familiares e as testemunhas, caso sejam crianças ou adolescentes, ao Conselho Tutelar para os encaminhamentos necessários, inclusive para a adoção das medidas protetivas adequadas;

.....

IV – fornecer transporte para a vítima e, quando necessário, para seu responsável ou acompanhante, para serviço de acolhimento existente ou local seguro, quando houver risco à vida.”

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 10 – Plen)

Dê-se ao inciso II do art. 15 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 15.

.....

II – velar pela assistência jurídica por defensor público ou advogado conveniado ou nomeado, se assim desejar a criança e/ou adolescente;

.....”

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 23, da Relatora)

Dê-se ao art. 16 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 16. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, mediante representação:

I – do Ministério Público;

II – da autoridade policial;

III – do Conselho Tutelar; ou

IV – a pedido da criança e do adolescente ou de pessoa que atue em seu favor.

.....

§ 3º Poderá o juiz conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da vítima, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público, mediante representação:

I – do Ministério Público;

II – do Conselho Tutelar; ou

III – a pedido da vítima ou de quem esteja atuando em seu favor.”

EMENDA Nº 7

(Corresponde à Emenda nº 15, da Relatora)

Suprima-se o inciso XVII, renumerando-se os demais, do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos termos do art. 29 do Projeto, e dê-se ao *caput* do art. 17 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 17. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

.....”

EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 16, da Relatora)

Dê-se ao parágrafo único do art. 19 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 19.

Parágrafo único. As medidas protetivas de urgência serão, após sua concessão, imediatamente registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso instantâneo do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos órgãos de segurança pública e de assistência social e dos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas.”

EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 17, da Relatora)

Suprimam-se os incisos II e III do *caput* do art. 21 do Projeto, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 10

(Corresponde à Emenda nº 18, da Relatora)

Dê-se ao inciso VI do *caput* do art. 21 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 21.

.....

VI – no caso da impossibilidade de afastamento do lar do agressor ou de prisão, a remessa do caso para o juízo competente, a fim de avaliar a necessidade de acolhimento familiar, institucional ou colação em família substituta;

.....”

EMENDA Nº 11

(Corresponde à Emenda nº 19, da Relatora)

Dê-se ao art. 22 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 22. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, quando necessário:

I – registrar em seu sistema de dados os casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

II – requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

III – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas.”

EMENDA Nº 12

(Corresponde à Emenda nº 20, da Relatora)

Dê-se ao § 8º do art. 24 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 24.

.....

§ 8º Em caso de urgência e levando em consideração a procedência, a gravidade e a iminência da coação ou ameaça, o juiz competente, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará que o noticiante ou denunciante seja colocado provisoriamente sob a proteção de órgão de segurança pública, até que o conselho deliberativo decida sobre sua inclusão no programa de proteção.

.....”

EMENDA Nº 13

(Corresponde à Emenda nº 21, da Relatora)

Dê-se ao inciso XII do *caput* do art. 70-A e ao *caput* do art. 70-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos termos do art. 29 do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 70-A.

.....

XII – a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação sem castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

.....” (NR)

“Art. 70-B. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas da saúde e da educação, além daquelas às quais se refere o art. 71 desta Lei, entre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e a comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de crimes praticados contra a criança e o adolescente.

.....” (NR)

EMENDA Nº 14

(Corresponde à Emenda nº 2 – Plen)

Inclua-se no art. 29 do Projeto a seguinte alteração ao art. 232 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

“Art. 232. Submeter criança ou adolescente a vexame ou a constrangimento:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.” (NR)

EMENDA Nº 15

(Corresponde à Emenda nº 22, da Relatora)

Dê-se ao art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), nos termos do art. 31 do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 121.

.....

§ 2º

.....

Homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos

IX – contra menor de 14 (quatorze) anos:

.....

§ 2º-B. A pena do homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos é aumentada de:

I – 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é pessoa com deficiência ou portadora de doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade;

II – 2/3 (dois terços) se o autor é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela.

.....

§ 7º

.....

II – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;

.....” (NR)

EMENDA Nº 16

(Corresponde à Subemenda da Relatora à Emenda nº 1 – Plen)

Inclua-se no art. 31 do Projeto a seguinte alteração ao art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal):

“Art. 141.

.....

IV – contra criança, adolescente, pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou pessoa com deficiência, exceto na hipótese prevista no § 3º do art. 140 deste Código.

.....” (NR)